

NÔMADES, ERRANTES E QUEERING: OU DA ESTRANHEZA DE SE TORNAR ESTRANHO

NOMADS, WANDERES AND QUEERING: ON THE QUEERNESS OF BECOMING QUEER

Resumo

Moradores de rua, andarilhos de estrada e trecheiros, constituem um modo de nômadismo cuja característica principal é a deambulação pelas ruas das cidades e acostamentos das rodovias. Trata-se de um modo de vida diferente do convencional por abdicar de uma moradia e residência fixas e produzir a vida em espaços abertos, do trabalho ao amor. O objetivo do presente artigo é discutir a utilização de espaços urbanos por moradores de rua, andarilhos e trecheiros, a partir de observações de campo, utilizando como referencial a teoria *queer*. Foi possível constatar que o uso dos espaços urbanos feitos por esses nômades e errantes foge aos usos convencionais e normalizados despertando sensações de estranhamento e excentricidade, por isso mesmo podendo ser entendido como práticas *queering*.

Palavras-chave: Nômades. Errantes. Teoria *Queer*.

Abstract

Homeless people, wanderers and roamers constitute a mode of nomadism whose main characteristic is walking through the streets of cities and roadsides of highways. Such way of life differs from the conventional ones because it gives up fixed housing and residence in order to produce life in open spaces, from work to love. The purpose of this article is to discuss the use of urban spaces for homeless people, wanderers and roamers through field observations, using as reference the queer theory. It was found that the use of urban spaces made by these erring nomads was at odds with the conventional and standardized uses, arousing feelings of strangeness and eccentricity and, therefore, they can be understood as queering practices.

Keywords: Nomads. Wandering. Queer Theory.

Cledione J. Freitas

Universidade Estadual Paulista (UNESP)
E-mail: cledionefreitas@hotmail.com

José S. Justo

Universidade Estadual Paulista (UNESP)
E-mail: sterzajusto@hotmail.com

Wiliam S. Peres

Universidade Estadual Paulista (UNESP)
E-mail: wiliam_siqueira@uol.com.br

Introdução

Como as sexualidades são praticadas e vividas nas ruas, praças, locais de passagens e de paragens, estradas e rodovias do país? Essa pergunta intrigante, aparentemente simples, se torna complexa e difícil de ser respondida pela carência de informações sobre o assunto, principalmente na literatura científica. São poucas as teorias emergentes que acenam com problematizações que levam em conta uma postura política diante dos modos de produção das sexualidades, referenciadas nas sexualidades não normatizadas/normalizadas e em novas formas de se encarar e buscar os prazeres, quebrando com o paradigma da patologização das diferenças.

A amplitude da pergunta disparadora deste artigo decorre da diversidade de espaços em que se dão as práticas sexuais e se vivenciam as sexualidades em situação de trânsito tais como: portos, aeroportos, rodoviárias, banheiros públicos, instituições públicas e privadas, postos de combustíveis, hotéis e motéis, automóveis, caminhões, aviões, construções e tantos outros. Decorre também da diversidade de atores e atrizes que utilizam esses espaços: adolescentes, jovens, idosos, negros, brancos, amarelos, indígenas, pobres, ricos, prostitutas e prostitutas, gays, lésbicas, travestis e tantos outros. Algumas dessas situações são analisadas em diversas teses e artigos, porém, pautadas na prevenção das *dts/hiv/aids*, vulnerabilidades de saúde e cuidados.

Diante de tais considerações se faz necessário restringir um pouco mais a problematização, colocando como objeto de estudo do presente trabalho a relação possível entre a “Teoria *Queer*” e os modos de vida das Pessoas em Situação de Rua, Trecheiros e Andarilhos. Mesmo com tal delimitação a tarefa não se torna tão simples pela amplitude e pelas diferentes maneiras que tais atores e atrizes vivenciam o uso dos espaços e, principalmente, pelos seus modos de sociabilidades. No entanto, é possível estabelecer alguns pontos em comum entre os modos de vida de trecheiros, andarilhos e pessoas em situação de rua.

Dentre esses pontos comuns podemos considerar os relacionamentos rápidos, efêmeros, plásticos; o uso dos espaços de trânsito como lugar de produção de sociabilidades e criação de moradias temporárias – no caso das pessoas em situação de rua essa moradia pode ser

duradoura – os hábitos de higiene, o consumo de bebidas alcoólicas, principalmente a cachaça, e outras drogas, a desistência dos modos sedentários de vida assentados no tripé família, trabalho e residência/propriedade e, o mais significativo de todos, o modo de vida nômade e errante como constituição subjetiva. Há, como aponta Rosi Braidotti (2000), sujeitos nômades, o que nos permite falar em subjetividades nômades.

A cidade moderna, com suas cineses e vertigens (Berman, 1986), pode ser considerada o *locus* do surgimento e o *habitat* das pessoas em situação rua, assim como também o local de visitas esporádicas de andarilhos de todo tipo ou, ainda, local de passagem e paragem dos trecheiros, com mais efeito, dos “trecheiros pardais”, tal como são chamados aqueles que vivem transitando de cidade em cidade, sobrevivendo da ajuda prestada por entidades assistenciais ou pela população local. É na cidade, nos espaços abertos, que, hoje, a vida se desenrola em todas as suas facetas; é nela que se produzem os sentidos das práticas sociais fundamentais, bem como é nela que os confrontos políticos ocorrem, colocando no mesmo palco e cenário os gestores da vida na polis e seus oponentes, em enfrentamentos silenciosos ou em estridentes movimentos de resistência aos modos de vida tidos e impostos como adequados, principalmente no que se refere às sexualidades.

A cidade sofreu várias transformações e também foi se tornando cada vez mais especializada, esquadrihada com espaços delimitados para cada ação humana, inclusive para práticas sexuais censuradas, como é o caso dos prostíbulo, conforme aponta Mumford (1991). Com o surgimento das metrópoles a organização do espaço urbano se tornou bem mais complexa e a vida do cidadão se transformou profundamente. Como pondera Simmel (2009), o indivíduo para viver nas metrópoles, com seu excesso de estímulos, necessita de uma atitude de reserva perante os outros cidadãos, adotando uma atitude blasé como forma de relação entre pares, atitude que o protege de tais excessos.

Concomitante a essa atitude blasé, Simmel (2009) postula também que a vida moderna, nas metrópoles, está fundamentada na racionalidade comandada pelo dinheiro, permitindo a planificação, a interligação dos cidadãos, a homogeneização, o comando e o controle das relações. Simmel (2008) considera ainda importantes outras

manifestações emergidas nas cidades modernas nascentes e que ainda se fazem presentes nas metrópoles atuais. A moda trouxe à tona a experiência da provisoriedade, além de marcar diferenças entre as classes sociais. O adorno modificou substancialmente os modos de vestir e de se apresentar nos espaços citadinos e a coqueteria, precursora das atuais táticas de sedução, não apenas no utilizada no relacionamento amoroso, mas estendidas para outros relacionamentos, fez irromper formas de relacionamento fúteis, superficiais, passageiras, distanciadoras e desvinculadas de compromissos.

Richard Sennett (2001) busca traçar uma relação entre corpo e cidade. Tenta mostrar como os corpos foram se moldando e se modificando a partir das transformações ocorridas nas cidades e, também, como os corpos influenciaram a construção de cidades e dos espaços urbanos e as formas de relação neles produzidas. Nas palavras do próprio autor: “Obviamente, as relações entre os corpos humanos no espaço é que determinam suas reações mútuas, como se veem e se ouvem, como se tocam ou se distanciam” (Sennett, 2001, p.17). Nesse sentido, podemos postular que as vestimentas, os odores corporais, suas constituições físicas, seus adornos, suas estéticas, entre outros marcadores sociais, são parte de processo de aproximação e afastamento que delimita espacialidades e rege as relações entre os homens urbanizados.

Ainda seguindo a reflexão de Sennett (2001) sobre os corpos e as cidades, ocorre uma importante mudança nos hábitos citadinos, a partir do século XVI, que merece ser destacada. Irrompeu uma grande preocupação com a higienização da cidade, fincada no ideário de limpeza e pureza. Não somente os ambientes domésticos, as ruas, praças e demais logradouros públicos deveriam ser higienizados e depurados, mas também os corpos. O avanço da medicina e sua secularização contribuíram significativamente para a assepsia dos corpos citadinos. A “nova medicina” acreditava que as doenças eram fruto das impurezas que obstruíam a circulação sanguínea e os humores corporais. Para que a pessoa se tornasse saudável deveria adotar atitudes higiênicas modificando seu modo de alimentar, vestir e até hábitos relacionados ao banho e à limpeza dos orifícios corporais. Da mesma forma Michel Foucault (1972), em sua História da loucura, também denunciava, na era clássica, o controle exercido sobre os corpos que não eram higienizados ou eram tidos como

portadores de doenças mentais e perturbavam a ordem burguesa.

Tal extensão do higienismo do corpo para a cidade é bastante enfatizada por Richard Sennett (2001). Segundo ele, para que se tornassem saudáveis as cidades tiveram que se transformar, começando pelas residências com modificações nos cômodos e, principalmente, no banheiro, que saiu de dentro da casa para o espaço externo. As transformações higienistas se prolongaram pelos calçamentos das ruas, implantação de medidas sanitárias para conter o escoamento dos esgotos a céu aberto, criação de praças e bosques com vistas a melhorar a circulação de ar, entre outras. A cidade deveria ser como o corpo humano, com ruas largas para a circulação, bosques e praças para a respiração, enfim, as cidades se transformaram em um grande coração, interligadas por veias e artérias que permitiriam a movimentação e um grande pulmão que permitiria a respiração de ar puro.

Em tempos atuais, o higienismo dos corpos e das cidades se tornou ainda mais sofisticado e onipresente. Até mesmo os moradores de rua passaram a ser objeto de preocupação da saúde pública, mediante programas específicos de atenção destinados a repaginar seus corpos (Brasil, 2012). Em algumas cidades, as igrejas, que até então eram abertas e de acesso livre para seus fiéis e a população em geral, deram início a mudanças nas suas estruturas arquitetônicas criando muros, cercas e alambrados que funcionam como protetores de seus bens patrimoniais; isto de deu em decorrência de muitos andarilhos e população de rua utilizarem suas marquises para dormir a noite ou se protegerem do mau tempo, resgatando as mesmas premissas higienistas da medicina do início do século XX, dos cuidados e patrulhamentos corpos que se mostravam sujos, fétidos e portadores de enfermidades e indecências estéticas (COSTA, 2004).

As práticas higienistas, assentadas na medicina, também são destacadas por Jurandir Freire Costa (2004). No entanto, tal autor enfatiza o exercício do “poder” médico, aliado ao poder do Estado, na regulação das relações familiares e sua extensão para os demais espaços citadinos, abrangendo, por inteiro, o gerenciamento dos corpos, das sexualidades e dos prazeres. Pela via do poder médico sexualidade e prazer entram em regime de controle e regulação, mesmo que, em princípio, tal gestão estivesse voltada para o controle

da natalidade, das doenças venéreas e da masturbação infantil.

Acrescente-se à ordem médica a norma jurídica para enquadrar os comportamentos indesejados buscando urbanizar a família e estatizar os indivíduos: “Após a abdicação, o poder central entendeu que não bastava urbanizar a família, era preciso estatizar os indivíduos. A força da lei não produzia automaticamente indivíduos urbanos e submissos”. (Costa, 2004, p.56)

Seguindo nessa mesma linha de análise e crítica, Jaques Donzelot (2001) demonstra como a família foi tomada estrategicamente como instrumento primordial de gestão, controle e dominação do sujeito, infiltrando nela saberes e tecnologias médicas, jurídicas e das ciências sociais que floresceram na modernidade tais como a Psicologia, a Sociologia, o Serviço Social, a Arquitetura, dentre outras. Os ditos trabalhadores sociais, exerceram um importante papel na legitimação dos padrões de normalidade instituídos pela medicina e sancionados pelos dispositivos jurídicos, a serviço da produção de forças vivas e disciplinadas para responderem subservientemente aos interesses hegemônicos instalados no comando do Estado.

Somando-se à parceria Ciência – Estado, a religião, particularmente o cristianismo, no mundo ocidental, também terá um papel importantíssimo no reforço das estratégias e dos instrumentos de exercício de poder e de dominação, como também na produção de subjetividades dóceis e disciplinadas. Foucault (2004) destaca o que ele chama de “poder pastoral” na gestão dos corpos, exercido primariamente pelos religiosos e, posteriormente, apropriado, como modelo, por outros agentes de governo e poder, incluindo a figura paterna, no interior da família. O poder pastoral se exerce, sobretudo, à semelhança de um pastor de ovelhas, como um guia que conduz seu rebanho inteiramente submetido ao seu comando. O Guia-Pastor exerce seu controle sobre as individualidades, sendo capaz de reuni-las num conjunto – o rebanho – e conduzi-las pelos caminhos que somente ele conhece. Esse tipo de poder, o poder pastoral, também se infiltra na família, diretamente pelas autoridades eclesiásticas e indiretamente pelo pátrio poder.

Nesse jogo entre família, igreja e Estado as fontes de perturbação são diferentes, mas os objetivos são similares: o controle dos corpos, como podemos notar a seguir:

O que perturba a família são os filhos adúlteros, os menores rebeldes, as moças de má reputação, enfim, tudo o que pode prejudicar a honra familiar, sua reputação e sua posição. Em compensação, o que inquieta o Estado é o desperdício de forças vivas, são os indivíduos inutilizados e inutilizáveis. (Donzelot, 2001, p.29).

Imiscuídos nos controles médicos e familiares estão valores morais rígidos, que reforçam o higienismo, e o heterossexismo tido como modelo universal, estabelecendo modelos de normalidade e, partir deles, definindo os desviantes. Foucault (2010), assinala que a rotulação da anormalidade é necessária para justificar práticas corretivas destinadas aos desviantes.

O contexto de referência do indivíduo a ser corrigido é muito mais limitado: é a família mesma, no máximo de seu poder interno ou na gestão de sua economia; ou no máximo, é a família em sua relação com as instituições que lhe são vizinhas ou que a apoiam. O indivíduo a ser corrigido vai aparecer nesse jogo, nesse conflito, nesse sistema de apoio que exige entre a família e, depois, a escola, a oficina, a rua, o bairro, a paróquia, a igreja, a polícia, etc. Esse contexto, portanto, é que é o campo de aparecimento do indivíduo a ser corrigido. (Foucault, 2010, p.49).

Esse indivíduo, nas análises de Foucault (2009), passa do poder soberano para o poder disciplinar, da prevalência do poder sobre a morte para o poder sobre a vida e, nesse processo, os corpos são disciplinados, examinados com vistas à docilização para serem corpos úteis, dóceis e produtivos. Os que escapam a essas estratégias são postos em instituições de confinamento, em suma, a correção desses indivíduos é realizada, essencialmente, nas instituições correcionais, tendo a prisão como seu grande modelo.

No entanto, Gilles Deleuze (2008) aponta uma mudança substancial na lógica do poder que desloca a estratégia da disciplina, por meio do enclausuramento, para a estratégia do controle em espaços abertos. Não se trata mais ou não somente de confinar para disciplinar, mas, ao contrário, se trata de implementar a vida em espaços abertos e monitorar todos os movimentos. As formas de vigilância e monitoramento se tornaram móveis, modulares, maleáveis, flexíveis, capazes de

rastrear e acompanhar as movimentações dos indivíduos, inclusive dos desviantes. As tornozeleiras eletrônicas, normalmente utilizadas em sentenciados pela justiça que estão cumprindo pena em regime aberto ou em liberdade condicional, constituem o exemplo maior da sociedade de controle. Podem ser tomadas como modelo de outros mecanismos de controle mais dissimulados tais como o Registro Geral (RG), o Cadastro da Pessoa Física (CPF) e tantos outros documentos e senhas de acesso que regulam a entrada e a saída em diversos sistemas e espaços sociais.

Os espaços abertos e os espaços de trânsito, transformados pela sociedade de controle em espaços habitados são, por excelência, os espaços onde vivem pessoas em situação de rua, andarilhos e trecheiros. Não seria demasiado afirmar que os errantes e as errâncias, constituídos ao longo da história e que deram origem a formas de vida despregadas de um território fixo e fechado, são precursores da vida que, hoje, tende a sair das casernas – dos espaços fechados - para se realizar em espaços abertos. Se podemos tomar os moradores de rua, andarilhos e trecheiros como precursores da habitação de espaços abertos, seguramente, também podemos tomá-los como paradigma da fusão das estratégias disciplinares com as de controle. Por um lado, são alvo incessante de políticas públicas que tentam confina-los, sob rígido regime de disciplina e exame, por outro, há também uma produção incessante de dromologia, por parte dos agentes públicos, com objetivos explícitos de forçar o trânsito constante ou modulando o ritmo e controlando direções dos deslocamentos desses itinerantes.

O conceito de dromologia é utilizado por Paul Virilio em seu livro, *Velocidade e Política* (1996), para problematizar a velocidade em duas dimensões: uma velocidade, aquela comandada pelo núcleo do sistema capitalista, que regula o ritmo e fluxos de produção e de consumo e, outra velocidade, a das resistências ou das deserções do ritmo e dos fluxos de produção e consumo capitalista, que dão origem a diversas formas de deambulação errática vistas como ameaçadoras pelos controladores dos territórios produtivos.

Para os higienistas das cidades, tal deambulação que escapa ao dromocontrole do Estado é entendida como produtora corpos poluentes e improdutivos tratados como abjetos e destituídos de respeito e de cidadania.

Errância, sexualidade e teoria *Queer*

A sexualidade tem sido um dispositivo básico na organização social, nas relações de poder, nas estratégias de dominação e controle, na produção de subjetividade e em tantas outras esferas da vida, como muito bem acentuou Foucault (2005). Cabe-nos, portanto, indagar sobre as relações da sexualidade com a errância ou com a “sociedade móvel”, como poderíamos chamar o mundo atual tão marcado pela produção de cineses ou da vida em movimento.

Afunilando um pouco mais a questão, nos propomos a examinar as relações da sexualidade com a vida em trânsito, tomando como referência o caso dos moradores de rua, andarilhos e trecheiros, aproveitando suas diferenças quanto ao modo de viverem a errância, o nomadismo, a efemeridade e transitoriedade nas relações e na habitação dos espaços da cidade.

Cabe esclarecer que o chamado “morador de rua”, propriamente dito, é aquele cidadão que desertou de um domicílio convencional fixo e de vínculos afetivos, sociais e de trabalho estáveis, passando a habitar logradouros públicos, como praças, viadutos, becos e tantos outros recantos e sobreviver de pequenos bicos realizados na rua mesmo ou da ajuda de entidades assistências e da própria população. São cidadãos por excelência, desenvolvem uma socialidade entre eles e permanecem por longo tempo numa determinada cidade, muitas vezes, se radicando nela.

No caso dos trecheiros a relação com a cidade é de provisoriedade, permanecendo horas ou, no máximo, alguns dias em relações fugazes com cidadãos e outros trecheiros, mas há os “trecheiros pardais” que buscam os recursos cidadãos, permanecendo um período maior que os outros trecheiros, estabelecendo relacionamentos mais estreitos com outros pardais e com os moradores de rua. Já os andarilhos raramente têm contato com a cidade, permanecendo quase que exclusivamente nas rodovias, andando sozinhos e preferindo a solidão. Há um vazio na literatura científica a respeito dos trecheiros e andarilhos, ainda mais sobre como vivem a sexualidade.

Nessa senda, Justo (2011; 2012) colabora significativamente para se entender/problematizar os modos de vida dos errantes, suas experiências espaço/tempo, as políticas dedicadas a essa população, questões relacionadas ao trabalho e também à afetividade desses sujeitos e socialidade. Segundo ele, “São esporádicos os

relacionamentos de amizade e mais ainda os amorosos [...] O contato entre os andarilhos se dá de forma bastante abreviada e superficial”. (Justo, 2011, p.95), complementando que:

Fundamentalmente, a socialidade do trecheiro e do andarilho se constitui em um espaço/tempo extremamente comprimido e flutuante. Os momentos entre eles são bastante exíguos e abreviados e acontecem em lugares móveis, dada sua condição de itinerância e de deslocamentos constantes de um lugar a outro. [...] Os relacionamentos, em sua maioria, são dispersos, fragmentados, imprevisíveis e impregnados de sentimentos de desconfiança. (Justo, 2011, p.103).

No que concerne às questões referentes às sexualidades das pessoas em situação de rua e, principalmente no caso dos trecheiros e andarilhos, abordadas pela ação política *queer*, não há trabalhos específicos, o que torna tal empreitada demasiada complexa e instigante. Por esse motivo, tentaremos, nesse primeiro artigo sobre o assunto, traçar linhas de convergências entre a errância e o nomadismo com a teoria *queer*, tomando como referência a experiência de vida de moradores de rua, andarilhos e trecheiros.

Além da ruptura com os modos de vida sedentários, esses sujeitos também trazem em seus corpos outras insígnias que rompem com os modelos estéticos, assépticos, higiênicos e eugênicos que fundamentam os modos de vida capitalísticos atuais. Rotulados como desviantes indesejáveis e perigosos passam a ser objeto de ações e políticas para enquadrá-los nos padrões instituídos ou, em casos extremos, são vítimas de ações violentas e repressivas orquestradas no interior das próprias políticas públicas ou perpetradas pela população.

Nesse sentido a teoria/ação política *queer* surge como um campo profícuo de problematização para questionar os pilares normalizantes e normatizantes em que está assentado todo o arcabouço técnico, científico, social, moral, jurídico e político, pois também, as pessoas em situação de rua, andarilhos e trecheiros são *queer* e possuem um modo de vida *queer*.

Para compreendermos, mesmo que sucintamente, as noções básicas relativas à “teoria *queer*”, iniciamos essa problematização trazendo as falas de Miskolsi e Simões (2007, p.09) sobre a definição do que vem a ser *queer*.

Segundo eles:

Poderia ser traduzido como esquisito, estranho, excêntrico, anormal, como também por uma série de xingamentos dirigidos àqueles e àquelas que transgridem convenções de sexualidade e de gênero – expressões da linguagem comum que, conotando desonra, degeneração, pecado, perversão, delimitam o lugar social estigmatizado da homossexualidade e, por extensão, de tudo que venha representar alguma forma de desvio e ameaça à ordem social estabelecida.

Mesmo com praticamente todos os atributos contidos na definição acima sendo perfeitamente aplicáveis à maneira como são vistos e tratados os modos de vida errante, merece um exame especial questões relacionadas às homo e heterossexualidades e gêneros, nas experiências de vida de moradores de rua, andarilhos e trecheiros.

Snow e Andreson (1998), em suas pesquisas etnográficas com pessoas em situação de rua, constataram que havia relações homoafetivas entre elas, no entanto, ao serem questionadas negaram veementemente, dizendo todos eram heterossexuais mesmo tendo relações sexuais com outros homens, no caso das pessoas do sexo masculino. No que concerne à mulher, elas se vinculavam a algum homem que estava em situação de rua, se responsabilizando pelos afazeres domésticos, e buscando proteção na figura masculina. Tais constatações demonstram a reprodução do modelo de masculinidade hegemônica discutido por Connel e Messerschmidt (2013), e revelam que a homossexualidade, mesmo entre moradores de rua, andarilhos e trecheiros, é tratada como algo negativo a ser evitado, pois ser homem, diz-nos Saéz & Carrascosa (2011) é ser impenetrável, o que por sua vez reforça a presença da homofobia nesta população.

Outra definição de *queer*, traz mais elementos que a colocam bastante próxima e aplicável à compreensão dos modos de vida nômades e errantes.

Queer es paradoja, nunca metáfora. [...] Queer es ser bastarda y no tener familia. [...] Queer son los monstruos que aparecen por las grietas del urbanismo patriarcal. Queer es pervertir travesías, subvertir escalas. Queer es trashumar ritos. Queer es estar en los márgenes del ágora, en el camino de los misterios. (Carrascosa, 2007, p.179-180).

Continuando na busca de conceituação que também inclua as pessoas em situação de rua, trecheiros e andarilhos como sujeitos *queer*, reportamo-nos às teorizações de Penedo (2008, n.p.) que postula uma teoria como um espaço de reinvenção, de possibilidades, de plasticidade e de autonomia como exposto a seguir:

La Teoría Queer es, además, supuestamente un espacio de reinvención, un espacio donde cada uno puede ser lo que quiera, donde cada uno puede escoger en cada momento de su vida lo que quiere ser, qué identidad quiere tener, cómo definirse a sí mismo, pues entienden que el yo es un mito, una desilusión, un fraude, y por lo tanto tampoco creen en la originalidad y el concepto de profundidad o introspección.

A errância e o nomadismo tornam-se mal vistos, mal quistos, tidos como perigosos, desregrados e dromomaníacos porque não se coadunam com os princípios sedentaristas de fixação, de amparo no trabalho. Não se coadunam com pressupostos de pertença familiar, sustentado pelo paradigma da família nuclear, nem aderem aos parâmetros higienistas que ainda regem as relações e, também, não se submetem à lógica da acumulação e do consumo exacerbado do capitalismo contemporâneo. Por esses motivos moradores de rua, andarilhos e trecheiros devem ser monitorados, sedentarizados, institucionalizados, higienizados, normalizados, enfim, lhes é sonogado o que é de mais caro a eles, a errância, o deslocamento e a trajetividade, componentes fundamentais de sua constituição subjetiva. Tudo isso permite que façamos associações das errâncias existenciais dos andarilhos e trecheiros e as expressões de vida *queer*.

Segundo Justo (2011, p.19), “Tomada em sua radicalidade, a errância significa uma movimentação constante, sem parada, sem rumo certo, sem destino e objetivo definidos”. Nesse sentido, trata-se de um modo de vida *queer*, raro em todas as suas dimensões. Os errantes fazem de suas histórias e vivências uma trajetividade *queer*, em suma, eles são *queering* errantes em suas caminhadas imprevisíveis.

Esse modo de vida não se efetiva sem resistência aos padrões sedendarizantes e capitalísticos instituídos. No entanto, essa resistência não ocorre de maneira ativa

com estratégias de luta organizadas, mobilizando diversos atores, com objetivos específicos a serem seguidos, com uma causa em comum a se agarrarem, e sim uma resistência silenciosa, ela própria errática, o que seria para Foucault (2008), resistir sem confrontar, sem mobilização, individual e assistemática. Podemos dizer que falta uma visão política e emancipatória pessoal e coletiva para que essas estilísticas de existência possam ser tratadas como cidadania, o que garantiria o direito de escolhas dos modos de viver, logo, de políticas públicas que lhes garantissem, sobretudo, o direito à errância.

Os andarilhos, trecheiros e pessoas em situação de rua resistem por apenas estar e utilizar os espaços de uso comum, por não seguirem os padrões higienistas, por não terem emprego e por recusarem os modelos instituídos de família; por perverterem a relação entre público e privado, por retornarem aos espaços públicos dos quais são retirados, em suma, sua atitude de aparente desinteresse também se torna uma forma de resistir.

Dentre as estratégias de resistência *queer* utilizadas pelas pessoas em situação de rua, trecheiros e andarilhos está a fuga aos modelos higienistas que visam, por meio dos ideários da limpeza e assepsia, disciplinar e controlar os modos de subjetivação, perpassando todos os espaços das cidades, os públicos e os privados e se infiltrando nas relações interpessoais, nos modos de vida e desejos.

O modo de vida errante traz, em seu bojo, a quebra de várias regularidades e normalidades instituídas no cotidiano: banhos, higiene bucal, higiene dos órgãos genitais, vestimentas, odores corporais e tantas outras. Tomam de assalto os órgãos sensoriais dos cidadãos, mobilizando afetos geralmente repulsivos e isoladores, além dos desejos reformadores e de enquadramentos produzidos pelos agentes públicos, religiosos, filantropos e cidadãos preocupados com a estética, tanto corporal, quanto da paisagem da cidade. Essas considerações nos permitem falar da emergência de “trecheirofobias” ou “andarilhofobias”.

Ainda seguindo a linha dos higienismos e das produções capitalísticas presentes nos modos de constituição dos sujeitos contemporâneos, que atravessa também os desejos e as práticas sexuais, podemos identificar diferenças abissais entre os cidadãos higienizados e normalizados e os errantes. Os primeiros se

enquadram em práticas e rituais prescritos pelos saberes e tecnologias que garantem total assepsia tais como banhos antes, durante e após as práticas sexuais, roupas e lençóis limpos, uso de loções, perfumes e demais produtos disponibilizados pela crescente “indústria do sexo”. Os segundos subvertem deliberadamente tais prescrições e pautas de condutas ao assumirem, e se deliciarem, com práticas sexuais tidas como “sujas” ou “imundas”. Os banhos são ocasionais, os odores são aqueles que exalam do corpo, as vestimentas e as “roupas de cama” (quando há) não são limpas diariamente posto que dependem de fatores naturais ou de locais que possam frequentar onde haja água tais como banheiros públicos, cada vez mais raros, ou instituições que oferecem pernoite ou abrigo temporário.

As práticas sexuais das pessoas em situação de rua, andarilhos e trecheiros ocorrem em locais não convencionais como no chão, construções, barracas improvisadas, no mato, nos banheiros públicos, sob marquises, em praças, dentre tantos outros espaços inusuais. Utilizam estratégias para realizarem seus desejos sexuais sem serem percebidos pelos cidadãos moralistas de plantão. No entanto, há uma característica das práticas sexuais que necessita ser enfatizada. Elas não observam qualquer preceito ou prescrição de limpeza e assepsia dos corpos o que podemos considerar como uma forma de pornoterrorismo, conforme Torres (2011) postula, politizando as diversas formas de gozo e prazer. Rompem também com o sexo procriativo e normativo, reforçando, assim, seu caráter pornoterrorista: são atos sexuais públicos, praticados sorratamente na surdina, e que subvertem completamente, convenções, padrões e valores solidamente estabelecidos.

O pornoterrorismo problematizado por Diana Torres (2011) se orienta pelas críticas feitas pela pós-pornografia criada e desenvolvida por Anne Sprinkle apud Echevarren (2009), atriz pornô e professora universitária, que problematiza a produção pornô normatizada e voltada para homens, anunciando assim a emergência do que viria a ser denominado de pós-pornô. A atriz propõe uma pornotopia:

Tengo una visión del futuro en el cual toda la educación sexual necesaria estará disponible para todos; no habrá necesidad de abortar ni transmisión de enfermedades por

vía sexual... El sexo es una arma curativa poderosa que será usada regularmente en hospitales y clínicas siquiátricas. Aprenderemos a usar el orgasmo para prevenir y curar enfermedades tal y como los antiguos tântricos y taoístas hicieron. Los trabajadores sexuales serán ampliamente respetados... y él deseo dejará de ser un crime. Los hombres serán capaces de tener múltiples orgasmos sin eyacular, por lo cual podrán mantener una erección cuanto quieran. Las mujeres eyacularán... A nadie le importará con gente de qué sexo tiene sexo cada quién. En el futuro todos estarán tan satisfechos sexualmente que será el fin de la violencia, la violación y la guerra (Sprincke apud Echevarren, 2009, p.68).

Torres (2011) parte de duas categorias de prazeres não catalogados para sustentar suas assertivas sobre o pornoterrorismo que são o *squirting*¹ e o *fisting*², (Torres, 2011, p.50-54). No entanto, ainda que associando o pornô terrorismo a práticas sexuais tidas como aberrantes ou não convencionais, a autora não se distancia do higienismo posto que essas práticas não são abertamente professadas por ela à revelia de quaisquer assepsias corporais ou de precauções como ela mesma adverte. Embora o *squirting* e o *fisting* possam ser considerados práticas radicais, extravagantes e aterrorizadoras, talvez as práticas sexuais dos errantes o sejam ainda mais porque, além de poder incluí-las, acrescentam outros afrontamentos a barreiras morais muito bem alicerçadas como é o caso daquelas que dizem respeito à assepsia e ao higienismo. É essa radicalidade dos afrontamentos das práticas sexuais dos errantes, incrustadas nos seus modos de vida, que as consideramos também como práticas pornoterroristas. Aterrorizam o esteticismo do corpo (bem modelado por exercícios e regimes alimentares, adornado por belas vestimentas e acessórios); aterrorizam os sentidos dos espaços sociais e arquitetônicos destinados à sexualidade

1 “*El squirting* es acto de correrse, la eyaculación femenina, pero no simplemente el sentir um orgasmo, sino correrse con una expulsión de flujo vaginal que puede salir con más o menos presión y ser más ou menos espectacular por no decir! cachondamente escandalosa!” (Torres, 2011, p.50)

2 Fisting procede da palavra inglesa que significa punho e Segundo Torres (2011, p.54) “o fisting anal es uma prática extrema, de eso no hay duda y podemos apreciarlo especialmente en las precauciones que hay tomar para realizarla (y también em las consecuencias que acarrea realizarla sin essas precauciones) pero sobre todo em su carga terrorífica y terrorista”.

(quartos, motéis, carros, banheiros de baladas e outros devidamente sancionados); aterrorizam o esteticismo das relações travadas nos encontros sexuais homo ou heterossexuais (a paquera, namoro, o “ficar”, os jogos de sedução, a “cantada”, *strep teasers* bem cuidados com músicas e roupas consideradas apropriadas, danças sensuais e tantas outras coisas feitas com esmero); aterrorizam a estetização dos órgãos dos sentidos produzida pela fabricação de sensibilidades eróticas para certos odores, imagens, cineses corporais, sons e sabores, normalmente, intermediados por produtos ou instrumentos disseminados pela indústria e pelo mercado da sexualidade.

Enfim, a sexualidade e o erotismo de moradores de rua, trecheiros e andarilhos afronta erotismos e prazeres inscritos em corpos, civilizados, higiênicos, docilizados (Foucault, 2009). Corpos civilizados produzidos por discursos e práticas alinhadas aos padrões hegemônicos e biopolíticos. Tal alinhamento pode ser observado na aderência à prescrição de relações sexuais com preservativo, para se evitar a transmissão de doenças sexualmente transmissíveis, bem como no uso de sabonetes e shampoos íntimos para prevenir doenças nos órgãos genitais, além da já citada ditadura da assepsia nas relações sexuais, em que o sexo bom é aquele praticado por corpos limpos e perfumados. Porém, há algumas fugas a esses padrões, dentre as quais, destacamos aquelas perpetradas pelos corpos nômades e errantes. Aqui a errância, em sua polissemia, pode ser tomada com o sentido de erro ou desvio das normatividades da sexualidade e do erotismo que avançaram até mesmo sobre territórios subjetivos antes considerados totalmente desviantes, como era o caso da homossexualidade ou da prostituição.

Diante de tais problematizações, podemos questionar que corpo é esse, esse corpo desviante, trajetivo, produtor de desejos não sedentários e sedentarizantes; corpo em trânsito, mais afeito às intempéries da vida do que seguir rotinas e normas; a preferir o chão, um banco, um acostamento, um papelão; a preferir viver sozinho do que em uma casa, numa família, entre amigos, com emprego fixo e carteira de trabalho assinada ou com uma cama com um lençol cheiroso para dormir. No tocante às práticas sexuais, trata-se de um corpo que, mesmo “sujo” e “mal cheiroso”, ainda é fonte de desejo e de prazer, que não necessita estar limpo e perfumado para atrair parceiros e trocar de afetos; que se expõe a riscos, que

sequer é domesticado pelo uso de preservativos; corpo que burla estratégias biopolíticas, quando não as contesta, enfim, corpos irreverentes, insurgentes, inventivos, constituídos sob parâmetros reversos. Corpos *queering*, por excelência, resistentes às imposições dos modelos normativos propostos pelo bio-poder e suas regulações biopolíticas.

Na senda das problematizações, é importante também tomar em consideração questões relacionadas ao gênero de pessoas em situação de rua, andarilhos e trecheiros. Também em relação a isso são poucos os estudos sistemáticos sobre essa população. Existe apenas alguns trabalhos sobre mulheres em situação de rua (Lopes, Borba e Reis, 2003), no entanto sobre trecheiros e andarilhos não há trabalhos sistemáticos.

Entre moradores de rua, trecheiros e andarilhos, relações de gênero verticais, heteronormativa, heterossexista, em que as relações homoafetivas são repudiadas ou tornadas invisíveis. Há a constante preocupação em afirmar a masculinidade e a submissão da mulher ao homem. Quando uma mulher vai para o trecho acaba por se relacionar com um trecheiro em troca de proteção, para garantir sua integridade física e não ser violentada.

No tocante às travestis e transexuais não dispomos de dados confiáveis sobre a errância e nomadismo, visto que nem a pesquisa nacional sobre população de rua (Brasil, 2008) considerou a questão de gênero em seus levantamentos. Porém, é inegável que elas também estão ou permanecem nas ruas, assim como homossexuais e heterossexuais. Já no tocante a trecheiros é rara a presença de mulheres e, praticamente, inexistente no caso dos andarilhos de estrada (Justo, 2011), mesmo acompanhadas por um homem. Segundo relatos de andarilhos (Justo, 2012) a companhia de uma mulher pode atrapalhar a caminhada e dificultar a vida na estrada. Partindo dessas observações, é possível afirmar que a errância se associa fortemente ao gênero masculino e quanto mais radical, como no caso dos andarilhos, mais se configura como um modo de vida masculino.

Considerações finais

A errância dos moradores de rua, trecheiros e andarilhos, vivida em diferentes intensidades,

caracterizam modos de vida considerados estranhos, excêntricos, desviantes, desconfortáveis, perigosos dentre outros adjetivações. Por serem rejeitados, relativamente ignorados e mantidos à distância, acabam tendo que desenvolver estratégias de sobrevivência bastante inventivas e criativas. Portam-se, em seus respectivos nichos de vida – as ruas das cidades ou os acostamentos das rodovias, como o *flanêur*, descrito por Walter Benjamin:

As ruas são a morada do coletivo. O coletivo é um ser eternamente inquieto, eternamente agitado, que, entre os muros dos prédios, vive, experimenta, reconhece e inventa tanto quanto os indivíduos ao abrigo de suas quatro paredes. Para esse ser coletivo, as tabuletas das firmas, brilhantes e esmaltadas, constituem decoração mural tão boa ou melhor que o quadro a óleo no salão do burguês; os muros com ‘*défense d’afficher*’ (proibido colocar cartazes) são sua escrivania, as bancas de jornal, suas bibliotecas, as caixas de correspondência, seus bronzes, os bancos, seus móveis do quarto de dormir, e o terraço do café, a sacada de onde observa o ambiente. O gradil, onde os operários do asfalto penduram a jaqueta, isso é o vestibulo, e o portão que, da linha dos pátios, leva ao ar livre, o longo corredor que assusta o burguês, é para ele o acesso aos aposentos da cidade. A galeria é o seu salão. Nela, mais do que em qualquer outro lugar, a rua se dá a conhecer como o interior mobiliado e habitado pelas massas (Benjamin, 1989, p.194).

A inventividade e capacidade de resiliência está em conseguir transformar, tal como o *flanêur*, um banco de praça em cama, a banca de jornal em biblioteca, um recanto sob uma marquise em quarto; uma torneira de praça em chuveiro para banho; um gradil em varal para secar roupa; um abrigo de ponto de ônibus nos acostamentos das rodovias em sala de descanso; uma ponte em aconchegante casa com vários cômodos; um posto de serviço ou de uma rodoviária em um verdadeiro shopping onde encontra, porém gratuitamente, todos os serviços dos quais necessita e assim por diante. Essa é a arte de viver de um morador de rua, de trecheiros e andarilhos que combina inventividade, criatividade, irreverência e excentricidade e, portanto, os tornam *queer*. Arte e modo de viver *queer*, no entanto, considerado desordeiro, subversivo, atentatório, aterrorizador por afrontar

demasiadamente normas, valores e práticas cotidianas considerados fundamentais para os padrões estabelecidos e hegemônicos.

As errâncias e os nomadismos atrelados às sexualidades, com seus excessos e extravagâncias, denunciam as estratégias de controle e gestão da vida, calcadas na assepsia e no sedentarismo. Dentre os errantes e nômades, os moradores de rua, principalmente, são visados por políticas públicas que tentam enquadrá-los minimamente nos modos assépticos da vida cidadina. O Ministério da Saúde publicou um Manual sobre o cuidado à saúde junto à população de rua (Brasil, 2012) que envolve cuidados e prevenção de DST, HIV, AIDS, hepatites e outras doenças virais, orientando equipes de saúde da família das metrópoles para irem às ruas à caça dessa população. Várias outras iniciativas e ações de programas assistenciais de governos e de entidades filantrópicas insistem em combater a vida nas ruas ou as itinerâncias dos trecheiros e andarilhos por considerá-las modos de viver incabíveis e indignos. São tidos como demasiadamente estranhos, em alguns casos chegam a ser considerados até como sub-humanos. Estranhamento e sub humanidade que os próprios errantes assimilam e retornam aos outros, aos corpos higienizados, com igual estranhamento não reconhecendo neles qualquer similaridade.

Estranhar-se como estranho, denota uma atitude de resistência, de não aceitação dos modelos, dos adjetivos que visam desqualificar, reduzir, enquadrar ou categorizar vidas diversas daquelas aceitas como boas e dignas. Esse estranhamento ocorre nas relações com cidadãos/as com os quais convivem diariamente, com agentes públicos que buscam “melhorar” suas vidas, com acadêmicos que buscam categoriza-los ou por outros nômades e errantes que encontram pelo caminho.

O efeito de estranhamento, gerado pelos errantes, não se restringe apenas à sexualidade e nem a tem como foco central, embora ela também seja excêntrica e afronte normatividades. O estranhamento causado por esses errantes diz respeito também a outras entidades sacralizadas tais como a família, o trabalho, um círculo de amizades, uma residência fixa, ainda que seja uma casa do programa habitacional “minha casa, minha vida”. Por isso, faz sentido compreendê-los na perspectiva da Teoria *Queer*, tal como Penedo (2008, n.p.) a caracteriza: “Queer se convierte así en una herramienta que nos permite releer las experiencias personales y las prescripciones culturales,

con una mirada centrada en averiguar cómo lo normal se construye y mantiene”.

Esses corpos *queer* errantes sem eira nem beira, sem roteiros ou itinerários a seguir, inclusive na vivência das sexualidades, são fonte de curiosidade, desqualificação, repressão, controle, vigilância e objetos de estudo com o intuito de elucidar o sentido e significado de seus modos de vida, o contexto no qual vivem, entre outros. É necessário uma ponderação, para não cairmos na armadilha da busca de respostas para a nossa vontade de saber (Foucault, 2005), não os submetendo às práticas confessionais, fazendo-os falar sobre suas sexualidades para satisfazer aos nossos desejos acadêmicos com o agravante de distribuí-los por categorias classificatórias contribuindo para a produção do “estranho”, do “exótico”, do desviante e, com isso, acabando por municiar políticas de controle, dominação ou de erradicação desse modo de vida. Afinal, o segredo, o sigilo, a invisibilidade, por um lado, podem deixar à vontade os dominadores para perpetrarem as ações mais arbitrárias contra os dominados, porém, por outro lado, também funcionam como proteção contra invasores que possam delatar suas armas e estratégias de resistência.

Referências

- BENJAMIN, Walter. (1989). O Flâneur. In: *Obras escolhidas III*. São Paulo: Ed. Brasiliense.
- BERMAN, Marshal. (1986). *Tudo eu é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- BRAIDOTTI, Rosi. (2000). *Sujetos Nómades*. Buenos Aires, Editorial Paidós.
- BRASIL. (2012). *Manual sobre o cuidado à saúde junto a população em situação de rua*. Série A. Normas e Manuais Técnicos. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de atenção Básica: Brasília.
- BRASIL. (2008). *Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação.
- CARRASCOSA, Sejo. (2007). Qué és Queer. In: CÓRDOBA, David; SÁEZ, Javier; VIDARTE, Paco. *Teoria Queer: Políticas Bolleras, Maricas, Trans, Mestizas*. Barcelona, Madrid: Editorial Egales.
- CONNEL, Robert W; MESSERSHIMIDT, James W. (2013). Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 21, v. 1, p. 241-282, janeiro-abril.
- COSTA, Jurandir Freire. (2004). *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal.
- DELEUZE, Gilles. (2008) Post-Scriptum sobre a sociedade de controle. In: *Conversações: 1972-1990*. São Paulo: Editora 34.
- DONZELOT, Jacques. (2001). *A polícia das famílias*. Graal: São Paulo.
- FOUCAULT, Michel. (2010). *Os anormais*. São Paulo: Editora Martins Fontes.
- FOUCAULT, Michel. (2004). *Ditos e Escritos*. Volume V. Rio de Janeiro: Forense.
- FOUCAULT, Michel. (2009). *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.
- FOUCAULT, Michel. (2008) *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- FOUCAULT, Michel. (2005) *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- FOUCAULT, Michel. (1972). *História da loucura na idade clássica*. São Paulo: Perspectiva.
- JUSTO, José Sterza. (2011). *Andarilhos e trecheiros: errância e nomadismo na contemporaneidade*. Maringá: EDUEM.
- JUSTO, José Sterza. (2012). *Vidas Errantes: políticas de mobilidade e experiências de tempo-espaço*. Londrina-PR: EDUEL - Editora da Universidade Estadual de Londrina.

MISKOLSI, Richard; SIMÕES, Júlio Assis. (2007). Apresentação. In. *Dossiê: sexualidades disparatadas. Cadernos Pagu*, n. 28, p.9-18.

MUMFORD, Lewis. (1991). *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes.

LOPES, Roseli E.; BORBA, Patrícia L. O.; REIS, Tay A. M. (2003). Um olhar sobre as trajetórias, percursos e histórias de mulheres em situação de rua. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, vol. 11, nº1, p.38-53.

PENEDO, Susana Lopez. (2008). *El labirinto queer: la identidad en tempos de neoliberalismo*. Barcelona, Madrid: Editorial Egales.

SAÉZ, Javier; CARRASCOSA, SeJo. (2011). *Por el culo: Políticas anales*. Polifemo7.

SENNETT, Richard. (2001). *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Record.

SIMMEL, Georg. (2008). *Filosofia da moda e outros escritos*. Lisboa: Edições Texto e Gráfica.

SIMMEL, Georg. (2009). *Psicologia do dinheiro e outros ensaios*. Lisboa: Edições Texto e Gráfica.

SNOW, David; ANDERSON, Leon. (1998). *Desafortunados: um estudo sobre o povo da rua*. Vozes: Petrópolis.

TORRES, Diana J. (2011). *Pornoterrorismo*. Talaffa: Editorial Txalaparta.

VIRILIO, Paul. (1996). *Velocidade e Política*. São Paulo: Estação Liberdade.

Data de recebimento: 26/02/2017.

Data de aceitação: 20/12/2017.